

## Representantes presentes da Câmara Social

- |                                              |                                           |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------|
| 1. Fernanda Fowler P. Carbone (OAB)          | 16. Andrea Sundfeld (SEURBS) - suplente   |
| 2. Paulo Roberto Peneluppi (AEA)             | 17. Francisco Couto (SEURBS)              |
| 3. Luiz Roberto Barretti (ABES)              | 18. Jonas Motta (SEURBS) - suplente       |
| 4. José R. Law da Silva (UNIP) - suplente    | 19. Paulo Caon (SEURBS)                   |
| 5. Lincoln Delgado (GCE)                     | 20. Maiara Resende (SEURBS)               |
| 6. José Áureo de Faria (VI. Let.) - suplente | 21. Bruna Leite (SEURBS)                  |
| 7. Evandro Albiach (INPE)                    | 22. Daniel Simões (GARD) - suplente       |
| 8. Ralf Gielow (SAVIVER)                     | 23. Angela H. K. Baldan (Saúde)           |
| 9. Daniela Moretti (AABE) - suplente         | 24. Vinícius de P. Corrêa (SIDE)          |
| 10. Silvio Holleben (AABE)                   | 25. Sidney Campos (Educação)              |
| 11. Kelly Caramelo (SASP)                    | 26. Francisco Godoy (SMC)                 |
| 12. Camila Schwarz (SASP) - suplente         | 27. Gabriela Fachini (SMC) - suplente     |
| 13. Renato Veneziani (SIND. RURAL)           | 28. Wellington Zancheta (URBAM)           |
| 14. Fabiana Alves (ACONVAP).                 | 29. Hermínio Palmutti (SABESP) - suplente |
| 15. Ronaldo Madureira (SEURBS)               | 30. Emerson Santos (EPD)                  |
|                                              | 31. Rogério Cyborg (Câmara)               |
- 

## Demais cidadãos presentes

1. Marizilda Lorenza (Movimento)
  2. Valter Gosenza (Movimento)
  3. Caio Ferreira
  4. Suely Honório (Movimento)
  5. Andrea Luswarghi (Movimento)
  6. Rodolfo Venâncio (SEURBS)
  7. Carolina Ferreira (Corredor Ecológico)
  8. Ana Maria Leite (Movimento)
  9. Luiz Antônio (Movimento)
  10. Elisete Berti (Movimento)
  11. Flávio Bischoff (Movimento)
  12. Lindberg Monteire (Movimento)
  13. Maria Vieira (Movimento)
  14. Dulce Faria (Movimento)
- 

## Ausências Justificadas

1. Sueleide Prado (Vale Verde)
2. Wilson Cabral (ITA)

**Pauta:**

1. Aprovação da ATA da reunião de 15/08/18;
  2. Plano Diretor – Apresentação dos critérios de sustentabilidade e constituição da Câmara Técnica;
  3. Devolutiva dos Corredores Ecológicos do Urbanova;
  4. Informes.
- 

1 Às catorze horas e trinta minutos, do dia doze de agosto de dois mil e dezoito, o  
2 Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM, Lincoln Delgado  
3 (GCE), deu início à reunião ordinária, cumprimentando os presentes e agradecendo a  
4 presença de todos. Relatou os assuntos da pauta, e na sequência, passou a palavra à  
5 Carolina Ferreira, Engenheira Florestal e membro da Associação Corredor Ecológico  
6 do Vale do Paraíba, que após cumprimentar a todos, passou a prestar informações  
7 acerca dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de estudos envolvendo a situação dos  
8 Corredores Ecológicos do Urbanova, afirmando que o grupo continuará buscando a  
9 implementação destes corredores na região, mediante o auxílio dos atores locais. Em  
10 seguida, o Presidente, Lincoln Delgado (GCE), enfatizou que esta é uma questão de  
11 grande relevância, solicitando que a cada reunião mensal, o grupo de estudos preste  
12 informações sobre a evolução dos trabalhos. Na sequência, passou a palavra ao  
13 Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, Marcelo Manara, para que prestasse  
14 informações sobre a situação do Serrado, PNMAR e os editais do Rio do Peixe,  
15 temáticas que deixaram de ser explanadas na reunião anterior. Após cumprimentar a  
16 todos, o Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, Marcelo Manara, informou que  
17 antes de entrar nos assuntos mencionados, gostaria de dar boas notícias aos membros  
18 do Conselho, começando pelo recurso decorrente de um investimento da URBAM que  
19 estava bloqueado na Câmara de Compensação Ambiental, da Secretaria do Estado, e  
20 foi liberado por meio de solicitação da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade,  
21 após bloqueio por um período de 03 (três) anos. Informou, ainda, sobre a expectativa  
22 de um recurso de cerca de 700 (setecentos) mil reais decorrente da obra da Via  
23 Cambuí que será destinado ao Parque Augusto Ruschi, com a finalidade de se cumprir  
24 os aspectos acordados no Plano de Manejo, e também sobre a inauguração do  
25 "ECOPEV", na Vila Santa Luzia, convidando todos os membros do Conselho para  
26 visita no local, ressaltando que serão ofertadas oficinas de educação ambiental  
27 para a população. Após, passou a prestar esclarecimentos sobre a situação do Parque  
28 do Cerrado, informou que foi solicitado pela Secretaria de Urbanismo e  
29 Sustentabilidade, um levantamento de áreas potenciais, todavia não foram constatados  
30 delimitação e proprietário, destacando que a partir disto, a equipe de sustentabilidade  
31 da Secretaria, efetuou estudos de significância ambiental, possibilitando a constatação  
32 de aproximadamente 30 (trinta) áreas, efetuando-se em seguida os recortes, de modo



33 que foram apresentadas 02 (duas) áreas para a CETESB, visando à implantação do  
34 Parque. Afirmou que neste momento, a Secretaria vem trabalhando na confecção de  
35 um protocolo de intenções para implantação do Parque na área apropriada, em  
36 parceria com o proprietário da área. Na sequência, a representante da AABE, Daniela  
37 Moretti, destacou que em uma reunião do COMAM, realizada no Parque da Cidade, a  
38 Prefeitura afirmou que para a concretização do Parque do Cerrado, seria utilizada uma  
39 verba específica, oriunda da Petrobrás, solicitando a confirmação da informação. Em  
40 resposta, o Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, Marcelo Manara, informou que  
41 a referida verba é destinada ao Parque do Banhado, ressaltando que em consulta à  
42 Secretaria de Meio Ambiente do Estado, constatou que este recurso decorre de 0,5%  
43 (meio por cento) do faturamento da refinaria e que está condicionado ao cumprimento  
44 prévio por parte da Prefeitura de São José dos Campos, quanto à desocupação do  
45 Banhado. Em seguida, afirmou que existem dois recursos aprovados com destinação à  
46 área, sendo o primeiro, o Fundo Nacional do Meio Ambiente, que prevê a restauração  
47 de 210 (duzentos e dez) hectares de restauração de nascentes na bacia do rio,  
48 destacando que o Edital de primeira fase já foi publicado por 03 (três) vezes  
49 consecutivas, restando todas as empresas candidatas inabilitadas. Afirmou que o Edital  
50 está aberto novamente mediante a ampliação do escopo contratado, com a inclusão do  
51 projeto de reflorestamento a ser feito em cada propriedade, visando à facilitação da  
52 contratação. O segundo projeto, da Agência Nacional das Águas, prevê a instalação de  
53 200 (duzentas) unidades do TEvap na bacia do Rio do Peixe, visando a melhoria de  
54 saneamento desse manancial, além da realização de melhorias em 23 km (vinte e três  
55 quilômetros) de estrada rural nos arredores do Rio do Peixe. Afirmou que a Caixa  
56 Econômica criou alguns empecilhos para a liberação do recurso, o que vem sendo  
57 contornado para a concretização do projeto. Finalizou informando aos presentes, que a  
58 Prefeitura de São José dos Campos foi contemplada, pelo Ministério das Cidades, com  
59 um recurso de cerca de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para a  
60 elaboração de um Plano de Gestão de Resíduos do Mercado Municipal, afirmando que  
61 a equipe de sustentabilidade da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade já está  
62 trabalhando para buscar meios para a utilização deste recurso da melhor forma. Dando  
63 sequência aos assuntos da pauta, o Presidente, Lincoln Delgado (GCE), passou a  
64 palavra para a representante do Poder Público, Andrea Sundfeld, para que prestasse  
65 informações acerca do andamento dos trabalhos da Câmara Técnica de Arborização  
66 para discussão da reestruturação Código de Arborização, constituída em 13 de julho de  
67 2018. Em seguida, a representante do Poder Público, Andrea Sundfeld, afirmou que  
68 desde a última reunião do Conselho, realizada em 15 de agosto de 2018, foram  
69 realizadas 02 (duas) reuniões da Câmara Técnica de Arborização, para discussão  
70 sobre a proposta de reestruturação do Código de Arborização, apresentada pelo  
71 Vereador Walter Hayashi. Afirmou que os membros da Câmara Técnica,  
72 representantes da Sociedade Civil, são muito participativos e os trabalhos vêm  
73 evoluindo satisfatoriamente, destacando que possivelmente o prazo inicial de 45  
74 (quarenta e cinco) dias para apresentação dos resultados será cumprido. Na  
75 sequência, prestou informações sobre a epidemia da febre maculosa, oriunda do



76 “carrapato estrela” distribuindo aos presentes algumas cartilhas informativas para  
77 conhecimento e prevenção da doença. Na sequência, a representante da ACONVAP,  
78 Fabiana Vieira, destacou que já não é a primeira vez que ocorre esta epidemia no  
79 Município, especificamente no Parque da Cidade. Questionou se existe algum projeto  
80 de manejo das capivaras existentes no local, que vise o transporte das mesmas para  
81 outra área, ou mesmo, um trabalho de prevenção no local. Em resposta, a  
82 representante do Poder Público, Andrea Sundfeld, informou que a existência da  
83 bactéria que causa a febre maculosa não é recorrente no Município, uma vez que é a  
84 primeira vez que ocorre a manifestação da doença na região, destacando que apesar  
85 dos “problemas” com carrapato na área do Parque da Cidade em anos anteriores, até o  
86 momento não havia registros de manifestação da doença no Município. Afirmou que  
87 apesar de não ser uma situação recorrente, é um problema que precisa ser combatido  
88 imediatamente, todavia, antes de qualquer iniciativa, é preciso que seja realizado um  
89 estudo populacional do grupo de capivaras que ocupam a área e de mais 03 (três)  
90 áreas aos arredores da área, esclarecendo que a capivara é um animal silvestre e que  
91 o manejo destes animais sem a realização deste estudo prévio para identificação dos  
92 indivíduos, não é permitido o remanejamento destes animais para outro local. Afirmou  
93 que a partir da realização deste estudo populacional, a Secretaria de Urbanismo e  
94 Sustentabilidade, poderá efetuar uma proposta de trabalho para o controle destes  
95 animais, destacando que existem várias possibilidades de manejo, dentre elas a  
96 castração, assegurando que certamente serão adotadas as melhores providências.  
97 Dando seguimento aos assuntos da pauta, o Presidente, Lincoln Delgado (GCE),  
98 passou a tratar do processo de revisão do Plano Diretor, destacando que após a  
99 apresentação de 20 (vinte) minutos acerca do tema, ocorrerá uma votação para a  
100 constituição de uma Câmara Técnica para a discussão do Plano Diretor,  
101 especificamente. No entanto, ressaltou que o prazo para finalização dos trabalhos  
102 deverá coincidir com o prazo para os trabalhos finais do Plano Diretor, passando a  
103 palavra ao Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, para explanação do tema. Em  
104 seguida, o Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, Marcelo Manara, fez uma  
105 apresentação acerca do processo de revisão do Plano Diretor de São José dos  
106 Campos, ressaltando que o Plano desenvolvido terá uma validade de 10 (dez) anos.  
107 Após, os representantes do Poder Público, Ronaldo Madureira, e Andrea Sundfeld,  
108 passaram a apresentar os aspectos ambientais e de sustentabilidade, abordados e  
109 previstos na proposta do Plano Diretor do Município de São José dos Campos  
110 (apresentações em anexo). Na sequência, o Presidente, Lincoln Delgado (GCE),  
111 destacou a possibilidade de constituição de uma Câmara Técnica para discussão sobre  
112 o processo de revisão do Plano Diretor e desenvolvimento de eventuais contribuições  
113 do COMAM, ressaltando que a última audiência pública para discussão da proposta  
114 final do Plano Diretor será realizada em 27 de setembro de 2018, apresentando aos  
115 conselheiros presentes um encaminhamento feito via e-mail pelo conselheiro, Wilson  
116 Cabral, representante do ITA, que não pôde estar presente na reunião. Após a leitura  
117 da sugestão trazida ao Conselho pelo Conselheiro, Wilson Cabral, que previa o prazo  
118 de 45 (quarenta e cinco) dias para apresentação dos resultados da Câmara Técnica a



119 ser constituída, além da composição por 02 (dois) membros do Poder Público, 02 (dois)  
120 membros da Sociedade Civil e 02 (membros) da academia, o Presidente, Lincoln  
121 Delgado (GCE), lembrou a todos que existe uma previsão no Regimento Interno do  
122 Conselho quanto ao número de membros das Câmaras Técnicas constituídas, qual  
123 seja 06 (seis) membros, todavia, não há uma restrição quanto à representação destes  
124 membros. Lembrou, ainda, que os trabalhos desenvolvidos pela Câmara Técnica  
125 deverá coincidir com os trabalhos do Plano Diretor, passando a palavra para o  
126 Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, Marcelo Manara, que enfatizou que o  
127 calendário de atividades do processo de revisão do Plano Diretor foi pactuado com o  
128 Conselho Gestor do Plano Diretor, de modo que a proposta trazida pelo conselheiro,  
129 Wilson Cabral, que prevê o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a manifestação da  
130 Câmara Técnica a ser constituída invalidaria suas contribuições, vez que já existe um  
131 cronograma estabelecido. Em seguida, o Presidente, Lincoln Delgado (GCE), sugeriu  
132 uma proposta para a condução dos trabalhos da Câmara Técnica, sendo a composição  
133 por 06 (seis) membros, sem a restrição de participação, de modo que poderão  
134 participar 03 (três) membros do Poder Público, dada a capacidade técnica e  
135 conhecimento acerca do processo de revisão do Plano Diretor e 03 (três) membros da  
136 Sociedade Civil, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho, lembrando a  
137 todos a manifestação de interesse em pleitear uma vaga, por parte do conselheiro,  
138 Wilson Cabral, representante do ITA, além da necessidade de redução do prazo para  
139 manifestação da Câmara Técnica, respeitando-se o prazo de finalização do processo  
140 de revisão do Plano Diretor, conforme o calendário pactuado com o Conselho Gestor  
141 do Plano Diretor. Em manifestação, a representante da AABE, Daniela Moretti, também  
142 conselheira do Conselho Gestor do Plano Diretor, destacou que não vê empecilho  
143 quanto ao prazo proposto de 45 (quarenta e cinco) dias, afirmando a necessidade de  
144 que a proposta acatada pelo COMAM, seja levada para manifestação em plenária do  
145 Conselho Gestor. O Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, e também Presidente  
146 do Conselho Gestor do Plano Diretor, Marcelo Manara, afirmou que o calendário de  
147 atividades do processo de revisão do Plano Diretor foi pactuado em abril de 2018,  
148 mediante deliberação da plenária, ressaltando que um prazo de 45 (quarenta e cinco)  
149 dias impactaria consideravelmente o calendário vigente. Destacou, ainda, que a  
150 proposta de dilatação de prazo teria de ser encaminhada à plenária do Conselho  
151 Gestor, para deliberação, o que se torna inviável naquele momento, tendo em vista a  
152 proximidade das audiências públicas já agendadas e divulgadas para a participação da  
153 população, o que impossibilitaria a convocação de reunião do Conselho Gestor,  
154 enfatizando que na última reunião do Conselho Gestor, houve uma proposta de  
155 dilatação de prazo trazida por membros do próprio Conselho, a qual foi rejeitada por  
156 unanimidade. Em manifestação, o representante do INPE, Evandro Albiach, destacou que  
157 é importante se considerar que no dia 12 de setembro está sendo proposta a  
158 constituição de uma Câmara Técnica pelo COMAM, para a discussão de um assunto  
159 denso como o Plano Diretor, com prazo para finalização dos trabalhos em 27 de  
160 setembro, destacando que o prazo em questão de 15 (quinze) dias, é muito atípico e  
161 nada razoável. Sugeriu que o COMAM proponha uma moção direcionada ao Conselho




162 Gestor do Plano Diretor, solicitando que os prazos sejam alterados visando à  
163 incorporação das contribuições do Conselho de Meio Ambiente, e a partir disso, poderá  
164 ser discutido o prazo para manifestação da Câmara Técnica. Manifestou, ainda, sua  
165 concordância com o prazo proposto pelo conselheiro, Wilson Cabral, dada a relevância  
166 e complexidade do tema, pedindo o apoio dos conselheiros do COMAM, que também  
167 são membros do Conselho Gestor, quanto à abertura para contribuições de outros  
168 atores importantes da sociedade. Em seguida, a representante da ACONVAP, Fabiana  
169 Vieira, também membro do Conselho Gestor do Plano Diretor, manifestou respeito às  
170 opiniões dos demais, ressaltando que desde 2016 está em discussão a revisão do  
171 Plano Diretor no Município, com a realização de inúmeras reuniões do Conselho  
172 Gestor, de Oficinas, de Assembleias, de Fóruns e Audiências Públicas, enfatizando que  
173 muitos conselheiros presentes participaram do Fórum Final realizado em 18 de agosto.  
174 Destacou ainda que há meses a proposta do Plano Diretor está disponibilizada na  
175 internet, além das inúmeras divulgações sobre os eventos mencionados que circularam  
176 pelo Município, enfatizando que neste momento, solicitar que haja a dilatação de prazo  
177 e que se reverta todo um processo pactuado com a sociedade é inviável e  
178 desrespeitoso com todas as pessoas que estão envolvidas neste processo por 02  
179 (dois) anos. Na sequência, o Vereador, Rogério Cyborg, frisou que a Câmara também  
180 possui prazo legal para a inclusão em pauta de projetos de lei para votação. Em  
181 manifestação, o Presidente, Lincoln Delgado (CGE), destacou que teve a oportunidade  
182 de participar do processo de revisão de 02 (dois) Planos Diretores anteriores,  
183 ressaltando que em nenhum dos processos, presenciou tanta publicidade e tanta  
184 oportunidade de manifestação da população como neste período de 02 (dois) anos de  
185 desenvolvimento do atual processo de revisão do Plano Diretor. Em seguida, abriu a  
186 votação para constituição da Câmara Técnica, entre a proposta trazida pelo  
187 conselheiro, Wilson Cabral, com prazo para manifestação em 45 (quarenta e cinco  
188 dias) e participação de 06 (seis) membros, divididos entre representantes do Poder  
189 Público, Sociedade Civil e Academia, e a proposta apresentada pela presidência, com  
190 prazo para manifestação em 15 (quinze) dias, conforme o calendário de atividades do  
191 processo de revisão do Plano Diretor e a participação de 06 (seis) membros, sem  
192 restrição de representação, conforme o regimento interno. Em manifestação, o  
193 representante do INPE, Evandro Albiach, ressaltou que até a data de realização da  
194 última audiência pública, em 27 de setembro de 2018, terão 11 (onze) dias úteis para o  
195 desenvolvimento dos trabalhos da Câmara Técnica, o que é totalmente inadequado. O  
196 representante da AEA, Paulo Peneluppi, manifestou sua concordância em relação ao  
197 curto prazo para desenvolvimento dos trabalhos da Câmara Técnica, sugerindo que  
198 após a votação para constituição da Câmara, os membros eleitos se reúnam e  
199 estipulem o prazo necessário para a evolução destes trabalhos. Retomando, o  
200 Presidente, Lincoln Delgado (GCE), abriu novamente a votação, solicitando a  
201 manifestação daqueles que concordam com o encaminhamento de uma moção  
202 direcionada ao Conselho Gestor do Plano Diretor, para que incorpore as contribuições  
203 eventualmente propostas pela Câmara Técnica a ser constituída, com um prazo de 45  
204 (quarenta e cinco) dias para manifestação técnica. Foram contabilizados 06 (seis) votos




205 a favor do encaminhamento desta moção com a determinação do prazo de 45  
206 (quarenta e cinco) dias para finalização dos trabalhos. Em seguida, solicitou a  
207 manifestação daqueles que concordam com a finalização dos trabalhos da Câmara  
208 Técnica a ser constituída em um prazo de 15 (quinze) dias, em respeito ao cronograma  
209 vigente do processo de revisão do Plano Diretor. Foram contabilizados 12 (doze) votos  
210 a favor do prazo de 15 (quinze) dias, sem nenhuma abstenção. Dando sequência na  
211 votação, solicitou a manifestação daqueles que concordam com 06 (seis) membros,  
212 divididos entre representantes do Poder Público, Sociedade Civil. Foram contabilizados  
213 03 (votos) a favor da referida proposta. Em seguida, solicitou a manifestação daqueles  
214 que concordam que a composição da Câmara Técnica deverá seguir a determinação  
215 do Regimento Interno do Conselho, sendo 03 (três) membros da Sociedade Civil e 03  
216 (três) membros do Poder Público. Foram contabilizados 13 (treze) votos a favor do  
217 formato previsto pelo Regimento Interno e 01 (uma) abstenção. Na sequência, o  
218 Presidente, Lincoln Delgado (GCE), solicitou a manifestação de todos os membros  
219 interessados em compor a Câmara Técnica, destacando que após a identificação dos  
220 candidatos, seria aberta a votação para a eleição dos membros. Neste momento, o  
221 representante do INPE, Evando Albiach, retirou a candidatura do representante do ITA,  
222 Wilson Cabral, que havia manifestado por e-mail o interesse em compor a referida,  
223 Câmara Técnica, alegando que o prazo de 11 (onze) dias úteis para manifestação  
224 acerca do Plano Diretor é totalmente inadequado. Em seguida, o Presidente, Lincoln  
225 Delgado (GCE), questionou a responsabilidade sobre a candidatura do conselheiro,  
226 Wilson Cabral, solicitando que o conselheiro, Evandro Albiach, representante do INPE  
227 se manifestasse, de modo que o mesmo assegurou que se responsabilizaria pela  
228 renúncia da candidatura do conselheiro, Wilson Cabral. Após, o Presidente, Lincoln  
229 Delgado (GCE), solicitou novamente a manifestação dos membros interessados em  
230 compor a Câmara Técnica e não houve manifestação por parte da Sociedade Civil,  
231 somente os membros do Poder Público manifestaram interesse em compor a Câmara  
232 Técnica, restando prejudicada a constituição da Câmara Técnica para discussão do  
233 Projeto de Lei do Plano Diretor. Neste momento, o Presidente, Lincoln Delgado (GCE),  
234 esclareceu que em razão da ausência de candidatura dos membros da Sociedade Civil  
235 para composição e participação da Câmara Técnica para discussão sobre o processo  
236 de revisão do Plano Diretor de São José dos Campos, inviável a constituição da  
237 referida Câmara, a qual, não foi constituída por recusa de participação dos membros da  
238 Sociedade Civil. Em manifestação, a representante da OAB, Fernanda Fowler,  
239 esclareceu que gostaria de participar de uma Câmara Técnica para discussão sobre o  
240 Plano Diretor em desenvolvimento, todavia, não se sente segura para tal, em razão do  
241 curto prazo ofertado para a conclusão dos trabalhos da Câmara Técnica, já que o tema  
242 a ser debatido é de grande relevância e complexidade, explicou seu receio em utilizar o  
243 nome da Ordem dos Advogados do Brasil, na assinatura de um documento  
244 confeccionado em um prazo tão escasso, enfatizando que todos os membros do  
245 Conselho representam entidades dos mais diversos segmentos da sociedade, com o  
246 que concordou, em parte, Ralf Gielow, representante da SAVIVER. Por fim, afirmou  
247 Fernanda Fowler, representante da OAB, que não sente segurança quanto à



248 legitimidade das apurações de votações ocorridas em plenária, enfatizando que o  
249 método utilizado não garante a veracidade dos resultados. Em resposta, o Presidente,  
250 Lincoln Delgado (GCE), esclareceu que o método utilizado para apuração é legítimo,  
251 tendo em vista que cada entidade faz jus a um único crachá de identificação, o qual é  
252 apresentado no momento do voto pelo titular ou suplente presente na reunião, o que  
253 torna impossível que titular e suplente votem ao mesmo tempo, garantindo a  
254 legitimidade da votação. Finalizados os assuntos da pauta, o Presidente, Lincoln  
255 Delgado (GCE), abriu a palavra aos cidadãos presentes, devidamente inscritos para  
256 manifestação. O munícipe, Lucas Lacaz, informou aos presentes que verificou que a  
257 URBAM tem utilizado sacos de lixo para recolhimento de folhas de árvores caídas pela  
258 cidade, destacando que tem recolhido estes sacos e reciclando os fragmentos das  
259 folhas. Enfatizou que os sacos plásticos causam danos relevantes ao Meio Ambiente,  
260 além de gerar grande custo ao Município, solicitando esclarecimentos ao Poder  
261 Público. O representante do Poder Público, Ronaldo Madureira, esclareceu que no  
262 passado, as folhas de árvores recolhidas eram colocados nas raízes das árvores, para  
263 adubação do solo, o que passou a gerar grande incômodo em parte da população, sob  
264 a alegação de que o acúmulo de folhas ocasionam a aglomeração de insetos no local,  
265 além de sujeira em vias públicas, razão pela qual os sacos passaram a ser utilizados,  
266 enfatizando que é necessário um trabalho de educação ambiental com a população,  
267 visando a conscientização ambiental. Em seguida, a representante do Movimento  
268 “Somos Parque Betânia”, Andrea Luswarghi, manifestou a sua discordância em relação  
269 ao prazo ofertado para apresentação dos trabalhos da Câmara Técnica a ser  
270 constituída, enfatizando que a proposta do conselheiro, Wilson Cabral, não foi  
271 respeitada apesar de sua coerência. Criticou a condução dos trabalhos do Conselho  
272 Municipal do Meio Ambiente, enfatizando que o Conselho só serve para avaliar as  
273 ações da Prefeitura de São José dos Campos. Mencionou que o horário das reuniões é  
274 inadequado e impossibilita a participação da população, prejudicando a democracia.  
275 Criticou, ainda, a condução dos trabalhos durante o processo de revisão do Plano  
276 Diretor, enfatizando que a população não foi devidamente ouvida, e tão pouco está  
277 sendo contemplada ou atendida. O Presidente, Lincoln Delgado (GCE), esclareceu que  
278 o horário estabelecido para a realização das reuniões foi objeto de discussão e votação  
279 em plenária, permanecendo-se o horário de duas horas para início das reuniões,  
280 conforme Regimento Interno. Por fim, esclareceu que preza pela democracia e que tem  
281 consciência de que a condução do Conselho é adequada e legítima. Nada mais a  
282 tratar, o Senhor Presidente, Lincoln Delgado (GCE), encerrou a reunião, agradecendo  
283 a presença e colaboração de todos, e eu, Tamires Tatiane Carvalho Adão Sant’Anna,  
284 lavrei, a presente ata.



\_\_\_\_\_  
José Lincoln Trigo Delgado de Almeida  
Presidente



\_\_\_\_\_  
Tamires Tatiane Carvalho Adão Sant’Anna  
Secretária Executiva